

Viana, Tião
001
Reportagem 0009

TIÃO VIANA

Líder do PT tem certeza do envolvimento de senador baiano no caso dos grampos telefônicos

TEMOS UM MATERIAL QUE A POLÍCIA AINDA NÃO TEM. E ESSE MATERIAL APONTA PARA A RESPONSABILIDADE DO SENADOR. E NOS DÁ CONDIÇÕES DE FAZER UM JULGAMENTO POLÍTICO BASEADO EM FATOS

Rudolfo Lago e
Denise Rothenburg
Da equipe do Correio

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), leu a transcrição da conversa dos jornalistas da revista IstoÉ com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Na quarta-feira, quando a equipe da revista presta depoimento ao Conselho de Ética do Senado, o restante do país também saberá o que disse ACM na ocasião. Em entrevista ao Correio, Viana adianta que a conversa gravada aponta para a responsabilidade do senador baiano no episódio dos grampos telefônicos irregulares da Bahia. O destino de ACM, porém, não é a única preocupação atual do líder do Senado. Às voltas com as confusões que adiam a aprovação dos assuntos de interesse do governo no Congresso, Viana prega o imediato enquadramento dos parlamentares petistas com uma postura de oposição. "É da nossa natureza histórica a divergência. Mas as discussões têm que ser feitas internamente", avisa ele.

ção atual do líder do Senado. Às voltas com as confusões que adiam a aprovação dos assuntos de interesse do governo no Congresso, Viana prega o imediato enquadramento dos parlamentares petistas com uma postura de oposição. "É da nossa natureza histórica a divergência. Mas as discussões têm que ser feitas internamente", avisa ele.

ção atual do líder do Senado. Às voltas com as confusões que adiam a aprovação dos assuntos de interesse do governo no Congresso, Viana prega o imediato enquadramento dos parlamentares petistas com uma postura de oposição. "É da nossa natureza histórica a divergência. Mas as discussões têm que ser feitas internamente", avisa ele.

Petista considera ACM culpado

CORREIO — Mais uma semana passou sem que o governo conseguisse aprovar uma matéria importante do seu interesse, como a emenda constitucional que abre caminho para regulamentar o sistema financeiro. O que terá de ser feito para que esse tipo de confusão não se repita?

TIÃO VIANA — Vamos ter de adotar definitivamente o fechamento de questão. Isso já acontecerá na segunda-feira com relação à regulamentação do sistema financeiro. Daqui por diante, ou haverá respeito às teses e às grandes diretrizes do partido que são identificadas plenamente com o governo ou medidas disciplinares serão tomadas. Quem estiver dentro do PT hoje achando que o partido não é uma instância da construção do projeto de sociedade do novo governo tem de rever essa posição.

CORREIO — O deputado João Batista Babá, por exemplo, não poderá então votar contra projetos do governo?

VIANA — O deputado Babá ajudou a construir políticas democráticas dentro do PT. Internamente, podemos discutir a sua visão de mundo. Agora, ficar querendo desmoralizar pessoas que hoje estão no governo que edificaram o partido e o projeto nacional com a gente, apenas porque têm algumas teses diferentes, nós não vamos aceitar. Respeito ao Babá, nós temos. Mas vamos cobrar que ele tenha por nós também. Ele e outros.

CORREIO — Por que essa confusão inicial? Parte do PT não se compreende no governo? Ou é o PT que, no governo, não segue as teses de quando era oposição?

VIANA — É da nossa natureza histórica a divergência. Só que, antes, ninguém se via seduzido pelos holofotes da grande imprensa. Hoje, somos governo. E as passarelas da grande mídia nacional foram facilitadas para essas pessoas que sempre foram minoria no PT. O que era comum no PT virou um fato novo para a sociedade. Empolgados pelos holofotes e luzes, muitos extrapolam os limites do respeito, da disciplina interna.

CORREIO — E se alguém insistir e votar contra?

VIANA — Vai sofrer processo disciplinar. Nós estamos dando margem para uma onda de desestabilização do que sempre foi mais sagrado para nós. A nossa coerência. A nossa envergadura moral perante a sociedade. Nós não podemos abrir mão disso. Não vamos aceitar que deponham contra essa imagem.

CORREIO — Mas os deputados do PT não têm razão quando lembram que o presidente Lula foi eleito para mudar? E que as mudanças parecem demorar para acontecer? O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) já fala em estelionato eleitoral...

José Varella 18.10.00



VIANA NO CONGRESSO: SENADOR LEU A TRANSCRIÇÃO DA CONVERSA DE ACM COM OS JORNALISTAS DA REVISTA ISTOÉ

VIANA — O PSDB tem se especializado em fazer críticas injustas. Mas temos maturidade política para conviver com elas e dar as respostas. Em seis meses, as mudanças vão aparecer. Este ano, nós já vamos fazer três vezes mais saneamento básico do que foi feito nos últimos dois anos de governo Fernando Henrique. Isso já será, inquestionavelmente, uma mudança.

CORREIO — Mas algumas críticas partem de gente do núcleo de poder do PT, como o presidente da Câmara, João Paulo Cunha...

VIANA — A relação política interna do governo com o Congresso ainda está fora da sintonia ideal. A Câmara é muito mais heterogênea que o Senado. A dificuldade é natural. João Paulo, vendo uma agenda confusa, com a responsabilidade de fazer as reformas, deu um grito de ansiedade. Mas estamos de novo em plena sintonia. O esboço de reforma tributária está pronto, amparado pelos governadores, pelas corporações. Vai chegar ao Parlamento para o seu debate e para o caminho da votação. E a previdenciária a mesma coisa.

CORREIO — Mas aí parece haver também confusão no discurso do governo. Na semana passada, numa entrevista ao Correio, o deputado Virgílio Guimarães (PT MG), relator da reforma tributária, defendeu o aumento da alíquota da CPMF para 0,5%. Depois, o ministro Antonio Palocci (Fazenda) falou na redução da CPMF. O senhor não concorda que isso passa uma sensação de falta de clareza quanto aos objetivos ou de combinar as coisas previamente?

VIANA — Precisamos de mais sintonia. Aqui no Senado estamos conseguindo com as seguidas reuniões com ministros

do governo. A CPMF não é uma tributação ideal porque é cumulativa. Estamos trocando o IVA para substituir o ICMS justamente para criar uma relação tributária mais harmoniosa e isso não vai acontecer com o aumento da cumulatividade.

CORREIO — Então, poderemos esperar novas emoções no debate das reformas...

VIANA — O ponto de maior aflição que vamos viver é a discussão sobre a taxa de inativos. Vai ser um debate de muita tensão. Pessoalmente, sou contra. Acho que é intocável quem ganha menos de R\$ 5 mil. Sou médico. Sei os custos que um aposentado tem com uma cesta de medicamentos. A responsabilidade que um aposentado tem numa família desempregada, no custo da escola do seu neto. Vou ter dificuldades de ser convencido do contrário nesse debate.

CORREIO — Com relação ao PT, essas medidas disciplinares

podem funcionar. Mas, e os partidos aliados? O PDT ameaça votar contra...

VIANA — No caso do PDT, há uma questão de estilo do presidente do partido (Leonel Brizola). É um estilo de ruptura. De animosidade política. Vamos ter de conviver com isso. Mas tenho certeza de que esse estilo não é partilhado pelo ministro das Comunicações, Miro Teixeira, e por boa parte do PDT. Existem dificuldades mais simples em outros partidos. É preciso que eles tenham atenção, diálogo com ministros. Não é possível a Casa Civil garantir a tranquilidade dessa relação. Alguns ministros não estão entendendo essa necessidade de atenção para com os políticos.

CORREIO — E o Conselho de Ética? Que futuro reserva ao senador Antonio Carlos Magalhães?

VIANA — O Conselho de Ética é uma instância que precisa ser revista. Deve tomar muito cuidado para não ser ao mesmo tempo promotor, juiz, detetive e jornal-

ista. É claro que não podemos aceitar parlamentar com comportamento incompatível com o decoro. Mas todo parlamentar é detentor do mandato popular, símbolo sublime da democracia. E que deve ser tratado com muito zelo. Acho que poderíamos pensar um Conselho de Ética vinculado à justiça. Não há necessidade de sermos um tribunal único, independente. Acho que o julgamento político tem de estar dependente do julgamento do mérito da denúncia. Passa pela concepção do direito. Da concepção das provas. Acho que é muito perigoso agirmos à revelia de toda a prudência que deve envolver a análise de um mandato.

CORREIO — Esse raciocínio não reforça o argumento do PFL, de que, no caso do senador Antonio Carlos Magalhães, se deveria, esperar o inquérito policial?

VIANA — Não. Nesse caso, não. Eu, o senador Mercadante e a senadora Heloisa Helena (PT-AL) recebemos a denúncia dos jornalistas da revista IstoÉ. O que eles nos apresentaram nos dá o pleno convencimento do envolvimento do senador Antonio Carlos com o escândalo dos grampos da Bahia. Isso nos dá os elementos necessários para adotarmos a medida disciplinar.

CORREIO — Continuamos com dificuldade de entender. O senhor primeiro argumentou que o julgamento ético não deve se desvincular do julgamento na Justiça. Agora, o senhor diz que, no caso específico, dá para desvincular?

VIANA — Perguntamos ao delegado (responsável pelo caso) se ele tinha condições de confirmar o mandante logo. Ele disse que não. Só em maio. Nós nos desgastamos politicamente com essa espera. Se tivéssemos uma conclusão breve, esperaríamos. Mas temos um material que a polícia ainda não tem. E esse material aponta de fato para a responsabilidade do senador. Amparado por um laudo pericial, dá condições de fazer um julgamento político. Um julgamento político baseado em fatos.



LIGHTPAR
SUA PARCELA DA LUZ

Eletrobrás
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 00001 180/0001-26

FATO RELEVANTE

Informamos aos Sr. Acionistas e ao mercado em geral, que o Conselho de Administração da Eletronet S.A., em reunião extraordinária, realizada em 18 de março de 2003, data em que foi suspensa para ser reiniciada em 27 de março de 2003, tendo em vista "... que foram esgotadas todas as possibilidades de manutenção da continuidade da Empresa, eis que nenhum posicionamento concreto, que indique uma solução positiva, foi apresentado... , ... por unanimidade, decidiu cumprir o que havia identificado a LIGHTPAR, deliberando, no seu nível de competência, pela confissão da falência da Eletronet".

Informa mais, que será convocada Assembléia Geral Extraordinária para deliberar sobre a matéria.

Os diretores de Relações com Investidores da Lightpar e da Eletrobrás manterão os Senhores acionistas, investidores, mercado e público em geral, devidamente informados, nos termos da Instrução 358, de 3 de janeiro de 2002.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2003.

José Eudes Freitas
Diretor de Relações com Investidores
LIGHTPAR

Alexandre Magalhães da Silveira
Diretor de Relações com Investidores
ELETROBRÁS

ACAO
NOSSAS AÇÕES
SÃO NEGOCIADAS
NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca
companhia associada